

## Capítulo I

A cidade como categoria sociológica

Ruben George Oliven

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEN, RG. *Urbanização e mudança social no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. A cidade como categoria sociológica. pp. 7-23. ISBN 978-85-7982-001-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# Capítulo I

## A Cidade como Categoria Sociológica\*

Embora já existissem cidades há milhares de anos em sociedades com diferentes modos de produção, sua importância aumentou em dois períodos históricos mais recentes. O primeiro começou no final da Idade Média e estava relacionado com as transformações que ocorreram no sistema feudal europeu com o desenvolvimento do capitalismo; o segundo começou no final do século XVIII com a Revolução Industrial e estava relacionado com a formação de um modo de produção capitalista.

As cidades estão fortemente associadas a estes processos porque historicamente elas foram os lugares onde a burguesia primeiro conseguiu florescer (daí o adágio alemão “O ar da cidade liberta”) e onde mais tarde a industrialização criou raízes.

Como resultado do crescimento de cidades no século passado e particularmente no atual, os escritos sobre elas cresceram substancialmente. Procurando ordenar o grande volume do que foi escrito sobre a cidade como uma categoria sociológica poder-se-ia agrupar os autores em três principais perspectivas: aqueles que encaram a cidade como uma variável dependente, aqueles que a encaram como uma variável contextual e aqueles que a encaram como uma variável independente.

### **A cidade como variável dependente**

Os autores que encaram a cidade como uma variável dependente estão geralmente interessados em fatores históricos e portanto estudam-na como resultado de várias causas econômicas, políticas e

---

\* Publicado originalmente na revista *Dados* (do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), n. 19, 1978.

sociais. De acordo com diferentes circunstâncias e forças históricas, existiriam cidades de diversos tipos, desempenhando funções ligadas às áreas nas quais estão inseridas.

Nesta perspectiva, a cidade não se auto-explica pois não é uma totalidade, mas apenas a objetivação de uma totalidade maior na qual ela se insere. Por isto, os fenômenos urbanos bem como os rurais devem sempre ser referidos a uma unidade mais abrangente da qual eles se constituem em manifestações concretas. Portanto, ao estudar a origem, evolução ou função de cidades deve-se sempre especificar as forças históricas que estão no seu bojo. Neste sentido, não se deve falar sobre a cidade, mas sobre diferentes tipos de cidades que variam no tempo e no espaço.

Apesar de suas diferentes posições teóricas, os autores que pertencem a esta primeira perspectiva encaram a cidade com uma variável dependente de um complexo entrelaçamento de fatores econômicos, políticos, militares, religiosos, etc. Para eles, a cidade é então a objetivação destas forças.

Existem muitos autores que se enquadram nesta perspectiva, sendo desnecessário discutir todos eles. É suficiente examinar dois deles pela sua importância para as ciências sociais, a saber, Weber e Marx. Apesar de suas bem conhecidas divergências teóricas, ambos caracterizaram a cidade na civilização ocidental como um lugar de mercado.

Procurando elaborar um conceito do fenômeno urbano, Weber em seu ensaio *A Cidade*<sup>1</sup> analisou vários tipos de cidades que existiram no passado. Ele mostrou as diferentes origens destas cidades e enfatizou a importância do mercado para seu desenvolvimento.

O que Weber em realidade fez foi formular um conceito que é construído por uma série de circunstâncias ou condições necessárias para a existência e desenvolvimento de cidades. Ele argumentou que apesar de que em diferentes períodos e civilizações homens construíram moradias em assentamentos relativamente fechados, somente no Ocidente teria existido uma comunidade urbana no

sentido pleno da palavra e como fenômeno extenso. Para que isto ocorresse era preciso que houvesse estabelecimentos de caráter industrial-mercantil bastante pronunciado, a que correspondessem as seguintes características: “1) a fortaleza, 2) o mercado, 3) tribunal próprio e direito ao menos parcialmente próprio, caráter de associação, e, unido a isso, 5) ao menos uma autonomia e autocefalia parcial, portanto, administração a cargo de autoridade em cuja escolha os burgueses participassem de alguma forma”<sup>2</sup>.

A partir deste conceito pode-se constatar que, de acordo com Weber, a cidade implica na existência de uma comunidade com um alto grau de autonomia, tanto ao nível objetivo (mercado, fortificação, exército, tribunal e direito ao menos parcialmente próprio), quanto ao nível subjetivo como um conjunto de lealdades.

Para Weber, a cidade é pré-condição do capitalismo na medida em que é necessária para a existência do mesmo, mas mais tarde o desenvolvimento do capitalismo intensifica o crescimento das cidades. Neste sentido, para Weber, a cidade é primeiro um pressuposto do capitalismo mas posteriormente seu desenvolvimento é um resultado dele. De fato, ele argumentou que uma das razões pelas quais o capitalismo não se desenvolveu no Oriente foi exatamente a ausência de cidades definidas de acordo com seus critérios.

Mas na medida em que as cidades são incorporadas a Estados nacionais (que é um traço fundamental da história do capitalismo na Europa Ocidental) elas não podem mais ser captadas como uma totalidade porque são absorvidas numa unidade mais ampla.

Isto conduz a uma situação na qual por um lado a cidade significa uma comunidade relativamente autônoma, enquanto por outro lado ela se torna uma parte integral de sociedades mais abrangentes. Neste sentido, Weber descartou a validade de uma sociologia de comunidades urbanas pois, de acordo com seu argumento, embora a cidade moderna tenha se originado na comunidade relativamente autônoma de burgueses livres que existiu no período de transição do

---

<sup>1</sup> Weber, Max. *The City*. New York, The Free Press, 1966.

---

<sup>2</sup> Weber, Max. “Conceito e Categorias de Cidades”, in Velho, Otávio Guilherme (org). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967, p. 88.

feudalismo para o capitalismo, estas comunidades rapidamente perderam sua independência para se tornarem os alicerces do Estado-nação. Assim, elas deixaram de proporcionar a base da experiência social total que caracterizou a “associação de comunidade”, dando lugar, em vez disto, a uma estrutura social muito além da área urbana e deixando portanto de ser uma unidade relevante para a análise sociológica<sup>3</sup>.

Marx, por seu turno, assinalou que uma economia urbana requer um processo prévio de divisão social do trabalho<sup>4</sup>. No caso das cidades da Europa Ocidental da Idade Moderna isto significou o desenvolvimento de um novo padrão de exploração, não mais através de um sistema de estamentos feudais mas através de classes sociais.

Isto requer pessoas “livres”: de um lado uma força de trabalho que não está sujeita aos laços de servidão feudal mas que está desprovida dos meios de produção e que portanto é “livre” para vender sua capacidade de trabalho no mercado, e por outro lado uma classe burguesa que se libertou da dominação dos senhores feudais e cuja posição social está mais ligada à riqueza (capital) do que à posse de terras ou títulos de nobreza e que está disposta a comprar e usar esta capacidade de trabalho.

É em cidades onde estes dois novos atores sociais se encontram e interagem. O desenvolvimento de um modo de produção capitalista, de acordo com a descrição de Marx em *O Capital*, ocorreu (depois do aparecimento prévio do capital através do comércio mundial no século XVI) através das transformações que tiveram lugar em cidades nas quais as manufaturas foram destruídas pelas fábricas às quais os servos acorreram depois de fugirem ou serem expulsos do campo.

---

<sup>3</sup> Mellor, Rosemary. “Urban sociology in an urbanized society”, in *British Journal of Sociology*, vol. 26, n. 3, 1975, p.276-277. Ver também Agramonte, Roberto D. “Ciudad y Política en la Sociología de Max Weber”, in *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 27, n. 3, 1965.

<sup>4</sup> “O fundamento de toda divisão do trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo. Pode-se dizer que toda história econômica da sociedade se resume na dinâmica dessa antítese (...)” (Marx, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, vol. 1, p. 404).

É neste sentido que a cidade é um mercado, na medida em que ela “contém a população exigida pelo aparelho produtivo e o ‘exército de reserva’ que a burguesia requer a fim de comprimir os salários bem como para dispor de um ‘volante’ de mão-de-obra. Mercado de bens e de dinheiro (dos capitais), a cidade também se torna o mercado de trabalho (da mão-de-obra)”<sup>5</sup>.

Se a cidade industrial capitalista significa a um nível ideal o encontro de cidadãos que compartilham uma situação comum (isto é, a libertação dos laços de sujeição feudal), ela, não obstante, expressa para Marx as contradições fundamentais da alienação do homem:

(...) a divisão da população em duas grandes classes, divisão essa que repousa diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é o resultado da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, enquanto que o campo põe em evidência o fato oposto, o isolamento e a dispersão. A oposição entre a cidade e o campo só pode existir no quadro da propriedade privada; é a mais flagrante expressão da subordinação do indivíduo à divisão do trabalho, da subordinação a uma atividade determinada que lhe é imposta. Esta subordinação faz de um habitante um animal da cidade ou um animal do campo, tão limitados um como o outro, e faz renascer todos os dias a oposição entre os interesses das duas partes<sup>6</sup>.

Por mais fundamentais que sejam as divergências entre Marx e Weber, é importante ter em mente que ambos analisaram a cidade historicamente e mostraram de modos diferentes que na tradição ocidental a cidade tem sido o ponto de convergência de diferentes processos. Historicamente “cidade e política nasceram, na tradição ocidental, como conceitos e realidades inter-relacionadas. De resto, etimologicamente as ligações são claras: *civitas* e *polis* são as raízes em distintos idiomas para expressar, ao mesmo tempo, um modo de habitar e uma forma de participar: civismo e política”<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Lefebvre, Henri. *La Pensée Marxiste et la Ville*. Tournai, Casterman, 1972, p. 121.

<sup>6</sup> Marx, Karl, e Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Portugal, Presença, 1974, vol. 1, p. 62.

<sup>7</sup> Cardoso, Fernando Henrique. “A Cidade e a Política: do Compromisso ao Inconformismo”, in *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 135.

## A cidade como variável contextual

O fato de se encarar a cidade como uma variável dependente não significa, é claro, que ela não tem nenhuma importância em processos sociais. Uma vez que se reconhece que cidades devem ser compreendidas historicamente como partes integrais de sociedades mais abrangentes, pode-se discutir a importância que a vida urbana tem para vários fenômenos sociais.

Pode-se considerar a cidade como um *locus* que — por razões sociais, econômicas e históricas — se constitui no centro de convergência de processos e interesses das mais variadas ordens. Um importante dado histórico que reforça este argumento é que a partir da Revolução Industrial, com o desenvolvimento de um modo de produção capitalista, o poder se desloca cada vez mais do campo à cidade. Assim, influências urbanas progressivamente permeiam o campo e não mais o inverso como ocorria anteriormente.

Em relação a esta questão é oportuno assinalar que para autores como Marx e Engels as cidades proporcionavam um contexto indispensável para a formação de uma consciência revolucionária, apesar do fato de Marx ter sido referido como também encarando a cidade como uma variável dependente. De fato, Engels em seu livro *A Condição da Classe Operária na Inglaterra* tomou constantemente a variável urbana em consideração justamente porque ele estava estudando a vida do proletariado que estava trabalhando nas cidades industriais britânicas. Ele fez detalhadas descrições da vida em certas áreas urbanas e as analisou em profundidade. Mas é indispensável ter em mente que sua análise estava sempre relacionada com a sociedade como um todo e que cidades específicas eram levadas em consideração somente na medida em que refletiam ao nível urbano o resultado da expansão do modo capitalista de produção. Neste sentido, ele não estava estudando cidades abstratas mas principalmente Manchester, enquanto típica cidade capitalista inglesa na qual os efeitos dos processos econômicos e sociais podiam ser notados.

A importância da cidade para Engels fica clara quando ele argumenta que

As grandes cidades são os lugares de nascimento dos movimentos operários; nelas os operários pela primeira vez começaram a refletir sobre sua própria condição, e a combatê-la; nela a oposição entre o proletariado e a burguesia pela primeira vez se tornou manifesta (...). Sem as grandes cidades e sua poderosa influência sobre a inteligência popular, a classe operária estaria muito menos adiantada do que está<sup>8</sup>.

Encarar a cidade como uma variável contextual não é incompatível com encará-la como uma variável dependente, já que as duas abordagens tratam de diferentes níveis de análise. A última está preocupada com explicações para a origem e desenvolvimento de cidades, enquanto que a primeira está interessada em estudar que influência cidades específicas podem ter na vida social de seus habitantes. Isto equivale a dizer que uma vez que se dá conta de que cidades devem ser compreendidas historicamente como partes de sociedades mais abrangentes, pode-se discutir a importância que viver em cidades específicas pode ter para vários fenômenos sociais. É, entretanto, essencial sempre ter em mente que cidades *per se* só podem ter um poder explicativo limitado e que elas não devem ser transformadas em categorias determinativas básicas do comportamento social no contexto urbano.

## A cidade como variável independente

Sob outra perspectiva, de certa maneira oposta às duas primeiras, vários autores tentaram estudar a cidade como uma variável independente. A cidade seria então vista como uma potência social capaz de gerar com sua influência os mais variados efeitos na vida social.

Os autores que encaram a cidade como uma variável independente de um amplo processo social consideram a cultura urbana a que ela daria origem como sua consequência de maior alcance. Este enfoque concede um forte valor explicativo ao urbano *per se* na análise de vários fenômenos que ocorrem no seu interior. Ele está intimamente

---

<sup>8</sup> Engels, Friedrich. *The Condition of the Working Class in England*. Frogmore, Panther Books, 1974, p. 152.

associado à corrente da ecologia humana representada por alguns membros da “Escola de Chicago” que inaugurou a Sociologia Urbana.

Vários componentes desta Escola estavam preocupados com questões práticas relacionadas com a grande expansão das cidades norte-americanas devido à imigração em massa da Europa no final do século XIX, da qual Chicago era um caso típico<sup>9</sup>. Eles estudaram principalmente manifestações de “patologia social”, sob o prisma da ecologia humana a partir da década de 1920.

A ecologia humana, de acordo com Robert Ezra Park, um dos seus mais expressivos adeptos e provavelmente o maior representante da Escola de Chicago, é a “ciência que procura isolar [as forças atuando dentro dos limites da comunidade urbana] e descrever as constelações típicas de pessoas e instituições produzidas pela operação conjunta de tais forças”<sup>10</sup>. Para Park a sociedade é um “organismo social”.

Seu artigo, “A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano” publicado em 1916 é uma espécie de roteiro de investigações sobre a cidade. Esta era para ele “um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição”<sup>11</sup>. Ele considerava como objeto de estudo tudo que ocorre num contexto urbano já que ele encarava “a cidade como um laboratório social” como o título de um de seus artigos indica<sup>12</sup>.

Mas talvez o nome mais destacado da Sociologia Urbana dos Estados Unidos surge com Louis Wirth. Discípulo de Park, ele assimilou também a influência de sociólogos europeus, principalmente a de Georg Simmel. Em 1938 ele publicou um artigo

---

<sup>9</sup> Entre 1900 e 1930 a cidade de Chicago cresceu à razão de meio milhão de habitantes cada dez anos. Estes habitantes eram em sua maioria imigrantes.

<sup>10</sup> Park, Robert Ezra. “A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano”, in Velho, op. cit., p. 30.

<sup>11</sup> Id., *ibid.*, p. 29.

<sup>12</sup> Id. “The City as a Social Laboratory”, in *Human Communities. The City and Human Ecology*. Glencoe, The Free Press, 1952.

que se tornou clássico na literatura de assuntos urbanos: “O Urbanismo como Modo de Vida”. Nele ele definiu a cidade “como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos”<sup>13</sup>.

De sua definição pode-se inferir o que ele considerava os elementos fundamentais do urbanismo: tamanho, densidade, permanência e heterogeneidade. Para Wirth, “quanto mais densamente habitada, quanto mais heterogênea for a comunidade, tanto mais acentuadas serão as características associadas com o urbanismo”<sup>14</sup>.

O que Wirth em realidade fez foi formular uma teoria sociológica e sócio-psicológica do urbanismo. Ele encarava a cidade como uma variável explicativa e estava preocupado em verificar como ela afeta a vida social (no caso a variável dependente), estudando as “formas de ação e organização social que emergem em grupamentos compactos, relativamente permanentes, de grande número de indivíduos heterogêneos”<sup>15</sup>.

O estabelecimento de cidades implicaria no aparecimento de uma forma de cultura, caracterizada por papéis sociais altamente fragmentados, predominância dos contatos secundários sobre os primários, isolamento, superficialidade, anonimato, relações sociais transitórias e com fins instrumentais, inexistência de um controle social direto, diversidade e fugacidade dos envolvimento sociais, afrouxamento dos laços familiares e competição individualista<sup>16</sup>.

As críticas que foram dirigidas a Wirth são numerosas. Elas assinalam, primeiramente, que embora ele desejasse formular generalizações universalmente válidas, algumas de suas proposições seriam aplicáveis somente a cidades industriais. Em segundo lugar, a distinção entre rural e urbano não estaria tão nitidamente ligada à distinção entre grupos primários e secundários como Wirth dá a entender. Em terceiro lugar, a própria variedade existente na cidade

---

<sup>13</sup> Wirth, Louis. “O Urbanismo como Modo de Vida”, in Velho, *op. cit.*, p. 104.

<sup>14</sup> Id., *ibid.*, p. 105.

<sup>15</sup> Id., *ibid.*, p. 105.

<sup>16</sup> Id., *ibid.*, p. 107ss.

faz com que várias das proposições de Wirth sejam por demais simplistas já que a cidade pode proporcionar uma gama maior de possibilidade para todos os tipos de relacionamento do que o campo. Por último, Wirth não teria conseguido enxergar ou explicar a persistência dos grupos primários como um elemento integrante da vida urbana e suas funções nas organizações impessoais<sup>17</sup>.

É, entretanto, necessário esquadrihar mais profundamente as proposições de Wirth. Existe um número de temas que emergem de seu artigo e que ainda são aceitos atualmente apesar de todos os dados de pesquisa contrários e as críticas que lhe foram dirigidas.

O primeiro e talvez mais importante tema é o enfoque ecológico do modelo de Wirth. Ele imputa a uma forma ecológica (a cidade) o poder de induzir mudanças no comportamento social. Neste sentido, não é por coincidência que ele cita Darwin para apoiar seu argumento. Seu modelo poderia, portanto, ser criticado como sendo a-histórico já que ele utiliza principalmente fatores ecológicos (tamanho e densidade) e não se refere a cidades específicas mas a cidades em geral. O elemento histórico é assim deixado de lado.

A abordagem ecológica leva ao segundo tema, a saber, a ênfase na integração e desintegração social. Para isto, Wirth faz uso do conceito de *anomia* de Durkheim como aplicado ao aumento populacional e à consequente divisão social do trabalho.

A ênfase na integração-desintegração, por seu turno, leva a uma posição antiurbana através da qual a cidade é encarada como a fonte de muitos tipos de males sociais e um quadro bucólico de uma rousseauniana vida rural sem conflitos é implicitamente proposta. Toda a atmosfera é fortemente reminescente do mito da expulsão do homem do paraíso e do começo de sua existência social e histórica. O homem não pode voltar a uma mítica vida rural e deve suportar as durezas da vida urbana “no suor de seu rosto”, mas o desejo inconsciente de retornar a um edênico útero rural emerge constantemente<sup>18</sup>. Este tema se torna ainda mais pungente quando

Wirth cita a Simmel<sup>19</sup> e menciona o “caráter ‘equizóide’ da personalidade urbana”.

Qualquer leitor de livros de ciências sociais ou mesmo de jornais poderá notar como estes temas reaparecem constantemente: cidades (e não sistemas sociais) não têm alma e causam anomia, alienação, solidão e comportamento socialmente desviante. Existiria uma explosão urbana produzindo macrocefalia urbana e hiperurbanização. Alguns autores levam esta analogia orgânica ainda mais adiante e falam a respeito de cidades inchando em megalópoles de um modo canceroso que poderia se espalhar por toda a sociedade. Isto levaria a uma crise urbana (e não social) e à pobreza urbana<sup>20</sup>.

Neste sentido, a teoria de Wirth (embora isto certamente não tenha sido sua intenção já que ele era um estudioso sério) pode ser usada para desviar as discussões de um nível concreto da sociedade global para um nível mais neutro e vago de “problemas urbanos”.

Assinalando a confusão entre cidade e sistema produtivo, Castells argumentou que “tudo que na tese de Wirth é ‘cultura urbana’, é, na realidade, a tradução cultural da industrialização capitalista, a emergência da economia de mercado e do processo de racionalização da sociedade moderna”<sup>21</sup> e não o efeito de cidades *per se* na vida social. Para Castells, uma análise detalhada dos traços da “cultura urbana” mostraria facilmente o vínculo causal entre a matriz estrutural do modo de produção capitalista e os efeitos nesta ou naquela esfera de comportamento. Assim, a célebre “segmentação de

---

de Node, ao oriente do Éden. E coabitou Caim com sua mulher; ela concebeu e deu à luz a Enoque. Caim edificou uma cidade e lhe chamou Enoque, o nome de seu filho” (Gênesis 4,16-17). Ver, a este respeito, Oliven, Ruben George. “O Mito de Abel e Caim e o Surgimento da Cidade Bíblica”, in *Metabolismo Social da Cidade*. Porto Alegre, Editora da URGs, 1974.

<sup>19</sup> Simmel, Georg. “A Metrópole e a Vida Mental”, in Velho, *op. cit.*

<sup>20</sup> Existe, é claro, uma tendência oposta que também pode ser encontrada (embora com menos frequência) na literatura das ciências sociais e em jornais. De acordo com ela, as cidades são focos de progresso e têm uma influência civilizadora sobre os homens. Estas duas posições antagônicas podem ser encaradas como pólos opostos do pensamento ocidental sobre a cidade, que oscila entre encará-la como um mal ou uma bênção.

<sup>21</sup> Castells, Manuel. *Problemas de investigación en sociología urbana*. Madrid, Siglo Veintuno, 1971, p. 23.

<sup>17</sup> Morris, R. N. *Sociologia Urbana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972, p. 50.

<sup>18</sup> Na Bíblia o surgimento da primeira cidade está diretamente ligado ao primeiro homicídio. Depois de matar seu irmão Abel, “retirou-se Caim da presença do Senhor e habitou na terra

papéis” que estaria no bojo da complexidade social “urbana” estaria em verdade diretamente determinada pelo estatuto de “trabalhador livre” que é necessário para obter uma rentabilidade máxima no uso da força de trabalho, conforme demonstrado por Marx. Do mesmo modo, a predominância das relações secundárias sobre as primárias, bem como a rápida individualização das relações estariam também expressando a necessidade econômica e política do novo modo de produção de transformar em “cidadãos livres e iguais” os suportes dos meios de produção e da força de trabalho<sup>22</sup>.

As ideias de Wirth estão intimamente associadas à teoria do *continuum folk*-urbano desenvolvida pelo antropólogo norte-americano Robert Redfield<sup>23</sup> em consequência de suas pesquisas no México. Seu modelo pertence às chamadas teorias de contraste, que procuram confrontar características de uma sociedade não-urbana com a de uma urbana. Neste sentido ela se insere na mesma linha de dicotomias e *continua* como os de Tönnies (Gemeinschaft/Gesellschaft), Durkheim (solidariedade mecânica/solidariedade orgânica), Weber (tradicional/racional), etc.

Redfield acreditava que existiam variações contínuas entre sociedades do tipo *folk* e sociedades urbanas, aumentando ou diminuindo de um pólo para o outro. Ele descreveu uma sociedade *folk* como sendo

pequena, isolada, analfabeta e homogênea, com um forte sentido de solidariedade grupal. Os modos de viver estão convencionalizados naquele sistema coerente que chamamos de ‘cultura’. O comportamento é tradicional, espontâneo, acrítico e pessoal; não existe legislação ou hábito de experimento e reflexão com fins intelectuais. O parentesco, seus relacionamentos e instituições, são as categorias típicas de experiência e o grupo familiar é a unidade de ação. O sagrado prevalece sobre o secular ; a economia é mais de status que de mercado<sup>24</sup>.

<sup>22</sup> Id. *La Cuestión Urbana*. Madrid, Siglo Veintuno, 1974, p. 102.

<sup>23</sup> Redfield, Robert. *Tepoztlán: a Mexican Village. A Study of Folk Life*. Chicago, University of Chicago Press, 1930; Id. *The Folk Culture of Yucatan*. Chicago, University of Chicago Press, 1941; Id. “The Folk Society”, in *American Journal of Sociology*, vol. 52, n. 4, 1947.

<sup>24</sup> Id., “The Folk Society”, p. 293.

Comparando diferentes pontos de seu *continuum* entre si (a vila tribal com a vila camponesa, esta com a pequena cidade e esta com a cidade), Redfield mantinha que quanto mais se passava do extremo *folk* para o urbano, menor seria o isolamento, maior a heterogeneidade, mais complexa a divisão do trabalho, mais desenvolvida e economia monetária, mais seculares os especialistas profissionais, menos bem organizados e menos eficazes no controle social as instituições de parentesco e compadrio. Correspondentemente, haveria maior dependência de instituições de controle de ação impessoal, menor religiosidade, menor tendência a encarar as doenças como resultantes da quebra de uma regra moral ou meramente de costumes, e maior liberdade de ação e escolha individual<sup>25</sup>.

Embora pretendesse que seu modelo, baseado nas quatro comunidades que estudou na península de Yucatan, fosse uma construção de tipo ideal, Redfield não obstante enfatizou que outras comunidades, localizadas de modo semelhante em outros lugares do mundo, poderiam ser ordenadas semelhantemente seguindo os mesmos princípios<sup>26</sup>.

A passagem de um extremo para outro no *continuum folk*-urbano ocorreria por causa do aumento da heterogeneidade social e da possibilidade de interação que ocorre quando a sociedade cresce. Do mesmo modo, a perda do isolamento causada pelo contato com outra sociedade ou cultura também fomentaria este processo.

Assim, qualquer comunidade poderia ser localizada em um ponto determinado do *continuum* e, dadas certas condições de densificação populacional e aumento de heterogeneidade, qualquer grupo se moveria na direção do pólo urbano.

Redfield acreditava que as consequências do deslocamento em direção ao extremo urbano eram a desorganização da cultura, a secularização e o individualismo. A urbanização enfraqueceria ou destruiria os firmes laços que ele achava que integravam os homens em uma sociedade rural e criaria uma cultura urbana caracterizada

<sup>25</sup> Id., *The Folk Culture of Yucatan*, p. 338.

<sup>26</sup> Id., *ibid.*, p. 345.



pela fragmentação de papéis sociais e um comportamento mais secular e individualista.

A homogeneidade de uma sociedade rural à qual corresponderia uma estrutura social não-ambígua e monolítica seria substituída na sociedade urbana por uma estrutura social caracterizada por uma diversidade de papéis, ações e significados. A cultura rural na qual todos os elementos culturais seriam definidos transformar-se-ia em uma cultura fragmentada na sociedade urbana. As consequências inevitáveis da cultura urbana seriam, então, o conflito e a desorganização.

Pode se notar que Redfield postulava uma teoria de mudança social baseada na evolução. O seu modelo, que é a-histórico, tem como base explicativa a teoria durkheimiana de mudança devida ao aumento de população e heterogeneidade. A desorganização da cultura se insere bem neste molde, enquanto que a secularização e o individualismo revelam a influência da ideia weberiana da crescente racionalização e desencantamento do mundo.

Desde que Redfield o desenvolveu, o modelo *folk*-urbano tem sido um tema constante em estudos urbanos e uma vasta quantidade de trabalho teórico e empírico tem sido elaborada sobre o assunto. A mais famosa crítica a ele foi formulada por Oscar Lewis, outro antropólogo norte-americano. Em 1943 ele reestudou a vila mexicana de Tepoztlán na qual dezessete anos antes Redfield tinha realizado a pesquisa que ele utilizou para a formulação inicial de seu modelo, mais tarde desenvolvido na península de Yucatan.

Comparando seu estudo com o de Redfield, Lewis assinalou que a pesquisa de Redfield sobre Tepoztlán dava uma imagem de uma sociedade bastante homogênea, isolada e funcionando de um modo suave e bem integrado, sendo constituída por pessoas contentes e bem ajustadas. Sua descrição da aldeia teria uma ênfase rousseauiana que desconsidera evidências de violência, distúrbios, crueldade, doença, sofrimento e desajustamento. Quase nada é mencionado sobre a pobreza, os problemas econômicos ou as desavenças políticas. No decorrer de seu trabalho são frisados os aspectos de cooperação e unificação na sociedade de Tepoztlán. Os achados de Lewis, em contraposição, estariam enfatizando o

individualismo presente nas instituições e caráter de Tepoztlán, a ausência de cooperação, a tensão entre as aldeias do município, as desavenças na aldeia, a qualidade de medo, inveja e desconfiança que permeiam as relações interpessoais<sup>27</sup>.

Lewis sugeriu que “o ‘continuum’ ‘folk’-urbano era um modelo teórico inadequado para o estudo da mudança cultural” e que caracterizações como *folk*, rural e urbano “confundem as questões dos estudos de mudanças a curto prazo, nunca tendo sido provado seu valor heurístico, como instrumento de pesquisa”<sup>28</sup>.

Em 1951 Lewis desenvolveu um estudo de “follow-up” de habitantes de Tepoztlán que haviam migrado para a cidade do México e mais tarde resumiu seus achados do seguinte modo:

1º) Os camponeses da Cidade do México adaptaram-se à vida urbana, com muito maior facilidade do que se poderia esperar, a julgar por estudos comparativos dos Estados Unidos e da teoria ‘folk’-urbana. 2º) A vida familiar permaneceu completamente estável e os laços extensos de família antes aumentaram do que diminuiriam. 3º) A vida religiosa tornou-se mais católica e disciplinada, indicando o reverso do processo previsto de secularização. 4º) O sistema de *compadrazgo* continuou a ser forte, embora com certas modificações. 5º) Persistiu o uso dos remédios e das crenças domésticas<sup>29</sup>.

Ele portanto sugeriu que sua pesquisa oferecia evidências de que a urbanização não é um processo único, integral e universalmente semelhante, mas que assumia formas e significados distintos de acordo com as condições históricas, econômicas, sociais e culturais vigentes<sup>30</sup>.

Depois que Lewis refutou a proposição de que a urbanização significava um aumento em desorganização social e cultural, mostrando que isto frequentemente não ocorria, muitos autores

<sup>27</sup> Lewis, Oscar. *Life in a Mexican Village: Tepoztlán Restudied*. Urbana, University of Illinois Press, 1951, p. 428-429.

<sup>28</sup> Id. “Outras Observações sobre o ‘Continuum’ ‘Folk’-Urbano com Referência Especial à Cidade do México”, in Hauser, Philip M., e Schnore, Leo F. (orgs). *Estudos de Urbanização*. São Paulo, Pioneira, 1975, p. 461.

<sup>29</sup> Id., *ibid.*, p. 464.

<sup>30</sup> Id. “Urbanization Without Breakdown”, in *Scientific Monthly*, vol. 75, n. 1, 1952.

seguiram na crítica ao *continuum folk*-urbano. Uma recente revisão da literatura sobre efeitos econômicos, sócio-psicológicos e políticos da urbanização mostrou que praticamente todas as questões relacionadas com a urbanização estão sendo discutidas em análises diametralmente opostas<sup>31</sup>.

Os títulos de três importantes artigos sobre o tema falam por si próprios: “O *Continuum* Rural-Urbano: Real mas Relativamente Não-importante”<sup>32</sup>; “Sociologia Incerta: a Ideologia do *Continuum* Rural-Urbano”<sup>33</sup> e “Observações sobre a Dicotomia ‘Folk’-Urbana e Urbano-Rural como Forma de Etnocentrismo Ocidental”<sup>34</sup>.

Assim como o *continuum folk*-urbano não é um artifício muito útil, o conceito de cultura urbana com o qual ele está associado também não faz muito sentido. O próprio uso do termo sugere a existência de uma cultura especificamente urbana em oposição a uma cultura não-urbana. Esta dicotomia é excessivamente rígida e se presta a equívocos por várias razões.

Do ponto de vista da lógica, se a cidade é uma unidade inserida numa totalidade maior, a cultura da cidade faz parte de uma cultura mais abrangente. Caso esta última for dominada por traços e elementos que são predominantes no contexto urbano, então o que é chamado de “cultura urbana” passou a ser uma cultura nacional e não tem sentido usar o adjetivo “urbano”. Embora ainda existam muitas diferenças entre cidade e campo em vários países, Glass por exemplo mantém que num país altamente urbanizado como a Grã-Bretanha, o

rótulo “urbano” pode ser aplicado a praticamente qualquer ramo de estudo sociológico e que portanto não tem sentido empregá-lo<sup>35</sup>.

Outra questão é a do que exatamente significa urbano. Trata-se qualquer coisa que acontece dentro dos limites de cidades? E em caso afirmativo, como se definiria a cidade: por critérios legais ou pelas características propostas por Wirth? Mann<sup>36</sup>, por exemplo, argumenta que, comparando cidade e campo no mesmo período de tempo, pode-se encontrar menos diferenças do que se se usasse a perspectiva diacrônica da evolução rural-urbana.

E finalmente também é importante ter em mente que, apesar de toda a difusão cultural que está ocorrendo numa escala mundial, ainda existem diferenças significativas entre sociedades, especialmente entre desenvolvidas e subdesenvolvidas. Como a tese da cultura urbana deduz formas culturais de uma configuração ecológica, ela obviamente não pode dar conta dos contrastes entre diferentes culturas nacionais. À guisa de exemplo, poder-se-ia perguntar quão semelhante é a cultura achada em uma cidade árabe com relação a de uma, cidade norte-americana de igual tamanho.

Isto não equivale a dizer que não existe nenhuma diferença entre campo e cidade, mas que estas diferenças têm de ser especificadas e referidas a processos mais amplos que as produzem. Isto significa introduzir uma dimensão histórica na análise da relação campo-cidade e a dar-se conta que é equivocado postular uma relação causal entre formas ecológicas e estruturas sociais e culturais. Mais pode provavelmente ser apreendido estudando-se como diferentes processos afetam tanto a cidade como o campo em diferentes sociedades e examinando-se as relações entre aquilo que é normalmente chamado de urbano e rural.

<sup>31</sup> Chaparro, Patricio. “Efectos Sociales y Políticos del Proceso de Urbanización”. in *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, vol. 2, n. 6, 1972, p. 112.

<sup>32</sup> Dewey, Richard. “The Rural-Urban Continuum: Real but Relatively Unimportant”, in *American Journal of Sociology*, vol. 6, n. 1, 1960.

<sup>33</sup> Benet, Francisco. “Sociology Uncertain: The Ideology of the Rural-Urban Continuum”, in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 6, n. 1, 1963.

<sup>34</sup> Hauser, Philip. “Observações sobre a Dicotomia ‘Folk’-Urbana e Urbano-Rural como Forma de Etnocentrismo Ocidental”, in Hauser, Philip M., e Schnore, Leo F. (orgs). *Estudos de Urbanização*. São Paulo, Pioneira, 1975.

<sup>35</sup> Glass, Ruth. “Urban Sociology”, in Welford, A. T.; Argyle, M.; Glass, D. V., e Morris, J. N. (eds.). *Society, Problems and Methods of Study*. London, Routledge & Kegan Paul, 1962, p. 486.

<sup>36</sup> Mann, Peter H. *An Approach to Urban Sociology*. London, Routledge & Kegan Paul, 1970, p. 106.